



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6604 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRABALHO

Marilene Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Agência e/ou Instituição Financiadora: COPES/POSGRAP/UFS

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRABALHO

1- Introdução

Nas discussões acerca dos aspectos da educação do campo e da sua relação com o trabalho percebe-se que a juventude anseia por um ensino que trabalhe as suas especificidades e explore as particularidades que carregam em decorrência de sua origem e vivência no campo. Entretanto, em função da ausência de currículos comprometidos com tal demanda, os conteúdos abordados em sala de aula acabam se tornando descontextualizados da realidade camponesa, colaborando para uma formação pouco alinhada com as expectativas dos estudantes e completamente alheia ao mundo do trabalho no campo.

A relação trabalho e educação como objeto de estudo decorre da necessidade de entender/investigar as relações de trabalho que envolvem os jovens nos modos de produção predominantes no meio rural; discutir o conteúdo das políticas públicas de educação do campo e sua relação com a formação do jovem trabalhador/camponês a partir dos modos de produção predominantes bem como assimilar as contribuições da escola no processo de formação dos mesmos.

Nesse texto apresentamos resultados preliminares decorrente do primeiro ano de desenvolvimento do projeto “trabalho, trabalhadores jovens e educação do campo em Sergipe”. A pesquisa foi desenvolvida em três fases: estudo bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo através da aplicação de questionários. Nessa primeira amostra participaram 38 jovens residentes no meio rural distribuídos em três territórios sergipanos (Baixo São Francisco, Agreste Central e Alto Sertão), estudantes dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas urbanas.

Para melhor compreensão do leitor e apresentação dos resultados estruturamos esse texto em duas sessões além das considerações finais e desta introdução.

2 - Juventudes

O termo juventude agrega em si uma multiplicidade de sentidos. Identificado como um período de transição entre a infância e a vida adulta está associado a expressões como: rebeldia, imprudência, inexperiência, entre outros. Entre os pesquisadores brasileiros da área a juventude aparece classificada em cinco tipos conforme Troian e Breitenbach (2018, p.791). O primeiro é “faixa etária” está vinculado diretamente a idade das pessoas. O “ciclo de vida” classificação adotada pela UNESCO tem como marco a puberdade. O terceiro tipo “geração” identificado a partir de habilidades mais evidenciadas como invenção e criatividade. “cultura ou modo de vida” é o quarto tipo de classificação da juventude adota como critério um modo de agir, consumir, comunicar, etc. por ultimo o quinto tipo “representação social” define a partir de um conjunto de atributos demarcadores do ser jovem .

A potencialidade dos jovens como elemento significativo para as políticas públicas brasileiras são recentes. Autores como Andrade (2009) afirmam que foi a partir de 1985 que a juventude começou a ter visibilidade, pois até então eram tidos como grupo problemático da sociedade, causadores de problemas. O desemprego, que afetou toda a população mundial e especificamente a população brasileira, contribuiu para que os jovens menos favorecidos economicamente ingressassem ainda mais cedo no mercado de trabalho em condições precárias e, conseqüentemente, abandonando os estudos.

Já os jovens pertencentes a famílias economicamente abastadas se dedicavam exclusivamente para as atividades educacionais aumentando suas condições de disputa por espaço no mercado de trabalho. Evidenciando uma visão dual em relação à juventude brasileira. Conforme Novaes (2009, p.15), “configuravam-se aí duas juventudes: aquela a quem se prepara para a vida adulta por meio da educação e outra que, como parte da classe trabalhadora, sequer era vista como *jovem*”.

Para Gonzalez (2009), existia uma preocupação por parte dos organismos governamentais e pela classe empresarial em conseguir mão de obra barata e atrair sujeitos com bom desempenho físico para trabalharem nos diversos setores que pudessem movimentar a economia brasileira. Com isso, a população juvenil foi alvo de grande visibilidade, pois se apresentava de maneira mais “apta” para aceitar os empregos temporários, em geral mal pagos, despidos de seguro social ou quaisquer outros direitos trabalhistas da classe assalariada. Além disso, em razão das longas jornadas de trabalho, os jovens passaram a evadir das escolas por não conseguirem conciliar trabalho e estudos.

Ainda segundo Novaes (2009) na década de 1990, diversos programas sociais foram criados com o objetivo de contribuir para que a juventude pudesse estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Fóruns, congressos, manifestações sindicais e leis que amparavam os jovens como cidadãos de direitos, por exemplo, passaram a fazer parte do cenário das políticas públicas destinadas a este grupo. Esse movimento ganhou forças mundialmente e, no Brasil, contou com a participação de diversos grupos e entidades defensores de uma mesma ideologia: que os direitos dos jovens fossem efetivados tal qual previstos na Constituição Federal de 1988.

Contudo, Aquino (2009) enfatiza que somente a partir de 2004 inicia-se através do debate entre o governo e movimentos sociais uma política a nível federal direcionada especificadamente para a juventude, e com isso, foram criados a Secretaria e Congresso Nacional da Juventude com projetos e propostas de intervenção que pretendiam resgatar os

jovens que se encontravam em condições vulneráveis, fora da escola e do mercado de trabalho.

Seguiam neste mesmo sentido as demandas para combater a invisibilidade do homem do campo e transformar o cenário socioeducacional da zona rural que passara por grandes transformações com a chegada da tecnologia nas atividades agrícolas. As máquinas começaram a ocupar o serviço braçal e, com isso, fortaleceu-se o processo de migração das famílias rurais para os grandes centros urbanos. Em parceria com outras entidades, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) levantou a bandeira social em defesa da terra, da permanência e garantia da qualidade de vida da comunidade rural, tendo como princípios:

[...] extensão e melhoria da educação, com efetiva implantação de uma escola de qualidade, estímulo à prática de esportes e acesso à cultura. Além da abertura de escolas no campo, com bibliotecas, computadores e áreas para a prática de esporte, reclamam a criação de um plano de ensino que respeite a diversidade cultural das regiões rurais” (ALVES, FERREIRA, 2009, p. 254).

Percebe-se que a luta trabalhadora da época se deu em prol de uma educação contextualizada à realidade do aluno do campo, com currículos que contemplassem às peculiaridades do território rural enaltecendo a agricultura familiar e fortalecendo a cultura local. No entanto, apesar das grandes transformações educacionais ocorridas nas décadas posteriores, as escolas do campo ainda seguem o mesmo padrão das urbanas – sem aulas diversificadas e específicas que englobem na prática as demandas (relativas à cultura, economia, costumes, desenvolvimento) do campo.

3 -Trabalho e Educação nos territórios sergipanos

No que pese a economia sergipana contar o setor de serviços ocupando maior percentual no PIB (70,1%) e a agropecuária na terceira posição com menos de 6%, o perfil econômico dos territórios sergipanos apontam para uma grande atuação na agricultura e na pecuária. Acreditamos que tal fator por si só já seria suficiente para orientar as políticas públicas implementadas nesses territórios de forma a potencializar seu desenvolvimento. Nesse sentido os investimentos econômicos para o mercado de trabalho, formação de pessoal qualificado, e demais setores que impulsionam o desenvolvimento do território, deveriam convergir em torno do perfil apresentado em cada território. Um dos nossos objetivos de pesquisa busca compreender o conteúdo das políticas de educação do campo e sua relação com a formação dos jovens camponeses

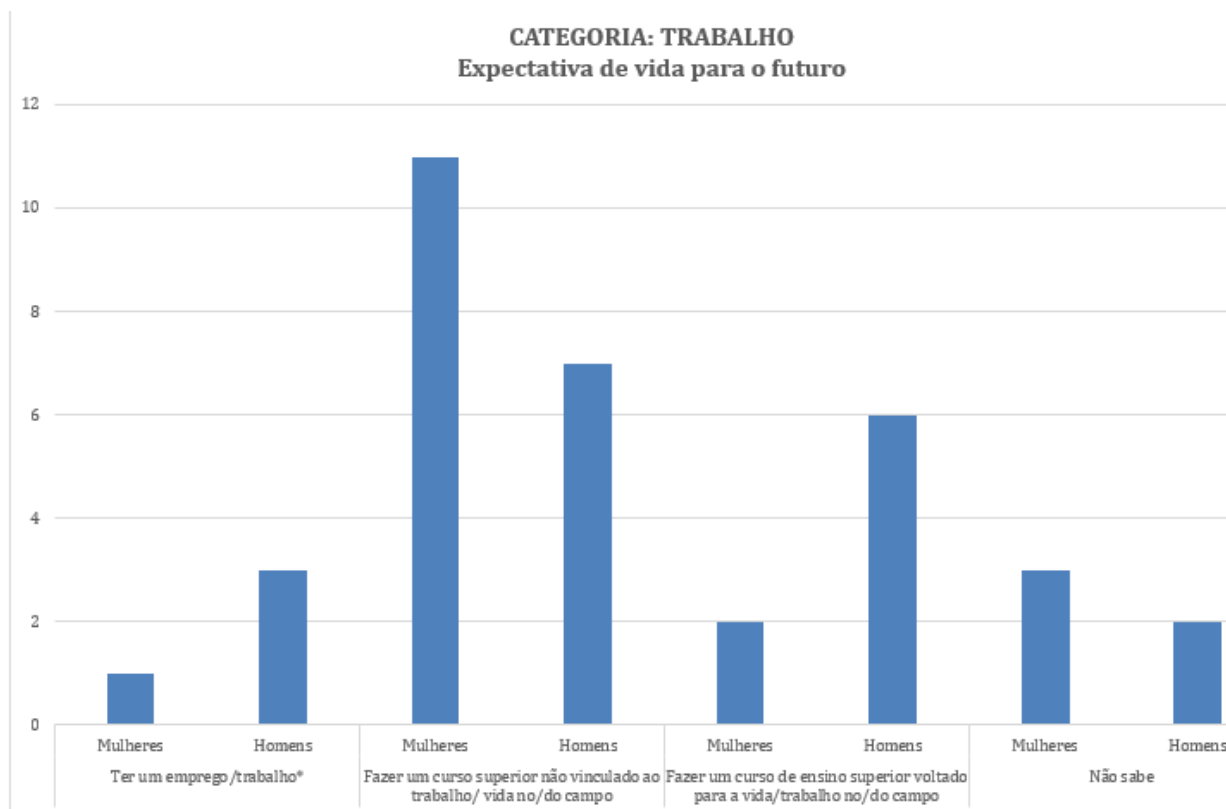
Nos três territórios que fizeram parte dessa pesquisa de campo, as atividades econômicas predominantes identificadas foram: criação de bovinos, de suínos, caprinos e aves; lavouras diversificadas (tendo a produção de milho como principal fator econômico), espécies frutíferas, indústrias de transformação e extrativismo (FALCÓN, 2014).

Há portanto, a partir dos dados, necessidade de investimentos na área da agricultura (produção diversificada) e na criação de animais (animais diversificados), conseqüentemente para potencializar os territórios as políticas públicas local (saúde, educação, assistência, entre outras) devem atuar na garantia de condições para fortalecer esse perfil e gerar

desenvolvimento e autonomia para o território.

É fundamental que os jovens ao observar no seu entorno vislumbrem melhora nas condições de vida, no acesso aos bens de consumo, e as políticas públicas as quais tem direito como cidadão/ã. Nesse sentido uma escola que tenha como meta colocar o conhecimento escolar a serviço da vida dos sujeitos é fundamental na convergência de produzir desenvolvimento e autonomia no território, principalmente se cabe a escola também, contribuir na formação de quadros profissionais para o mercado de trabalho. O gráfico 1 mostra as expectativas dos jovens participantes da pesquisa em relação a seu futuro.

Gráfico 1 – Expectativa dos Jovens estudantes para o futuro



FONTE: Dados da pesquisa de campo (elaboração dos próprios pesquisadores), 2020.

Percebe-se que a maioria dos homens escolheram profissões ligadas as atividades rurais, sendo que as mulheres pretendem fazer um curso superior não vinculado ao campo. Quanto a participação no trabalho familiar atualmente, as mulheres foram minoria e afirmaram ajudar com mais intensidade nas tarefas domésticas. As participantes dos trabalhos nas atividades econômicas da família disseram não ter participação nos lucros, o que difere da situação dos homens ao afirmarem trabalhar na lavoura, criação de animais outras atividades e terem o excedente dividido entre todos que colaboraram

Atualmente, com as novas tecnologias e o avanço das máquinas nos modos de produção do campo, a mão de obra rural ficou prejudicada e esses trabalhadores precisaram se adequar aos novos tempos para se manter minimamente alinhados ao desenvolvimento tecnológico. Para tanto, aqueles que possuem terra, mesmo sendo uma pequena propriedade, se empenham em seu cultivo, na criação de animais de pequeno porte para a própria subsistência, dentre outras atividades que os localizam dentro do conceito de

agricultores familiares.

Analisando as respostas dos estudantes, foi possível constatar que suas famílias possuem terra (de pequeno, médio e grande porte). No entanto, como existem famílias numerosas e a Reforma Agrária ainda não alcançou a todos, aquele espaço precisa ser compartilhado. As respostas dos estudantes evidenciam isso: *“a terra é grande, mas é dividida pelos membros da família, no caso, os irmãos do meu pai e acaba se tornando pequena. Eles plantam milho e feijão no pedaço de terra que é dividido entre eles na época do plantio”* (E1).

Alguns jovens afirmaram não participar das atividades laborais com a família; outros descreveram gostar do trabalho no campo, das tarefas com os animais. No entanto, uma quantidade significativa afirmaram que trabalham, porém não têm participação, ficando a renda com o chefe da família que usa o dinheiro para as despesas da casa.

A partir das respostas dos estudantes é possível inferir que: uma parte significativa deles ainda não trabalham, os que exercem algum trabalho é em atividades domésticas ou sem vinculação com o trabalho dos pais.

O lucro resultante do trabalho dos familiares, quando existe, é administrado pelo chefe da família suprindo apenas as necessidades básicas; a inexistência de divisão dos lucros ou do resultado do trabalho com todos os membros da família que trabalham tem contribuído para a decisão dos jovens de não permanecer no campo ou permanecer mas buscar trabalho fora dele.

Em relação aos dados educacionais, especialmente, referente ao desempenho das escolas nas quais os estudantes participantes da pesquisa estão matriculados, no que pese os municípios estarem alcançando as metas previstas no IDEB e os dados referente a matrícula, aprovação e reprovação oscilarem em ritmo aparentemente aceitáveis, as repostas dos estudantes divergem nos aspectos relacionados a estrutura, metodologias e materiais disponíveis nas escolas. *“Eu queria que na minha escola tivesse uma biblioteca e muitos livros. Lá tem computador, mas está tudo quebrado e também não tem internet. E a gente nem usou eles”* (E 3). *“Eu acho que os professores poderiam tentar se adequar mais aos alunos, como posso dizer? um jeito de explicar mais abrangente, que todo mundo consiga entender”* (E 5).

Conclui-se ainda que grande parte dos jovens não possuem um direcionamento tanto da escola quanto da família para as diversas formas de trabalho e renda no campo. A escola tem sido omissa no seu papel formador, pois se restringe a atingir apenas as estatísticas educacionais impostas pelo sistema e, com isso, tornam o processo de aprendizagem uma experiência alienante desvinculada da vida dos sujeitos em nada contribuindo para que os jovens tenham condições de vislumbrar perspectivas futuras de desenvolvimento de sua comunidade.

Além do já referido, a família historicamente desacreditada das melhorias no campo, acaba esperando que a escola cumpra o seu papel social e se privando de incentivar os próprios filhos, desde a mais tenra idade, a construir possibilidades de autonomia financeira através de atividades simples – como colocar as galinhas para chocar, construir uma granja, aprender a calcular despesas e reinvestir lucros para tornar a prática perene. Não significa que essa atitude, sozinha, resolva os diversos problemas e desigualdades da juventude do campo, nem tampouco retire a obrigação do Estado de procurar alternativas para mudar essa realidade, mas é um meio de preparar a criança para o futuro, conscientizando-a de que é possível alcançar melhores condições de vida morando na zona

rural.

4 - Considerações finais

As os dados coletados e os resultados até aqui analisados ainda não dão conta da complexidade relativa a vinculação juventude, trabalho e educação do campo, portanto a necessidade da continuidade na segunda fase da pesquisa. Entretanto é visível a necessidade de garantir políticas públicas direcionadas à juventude brasileira, a qual durante muitos anos foi considerada invisível e julgada como um grupo problemático da sociedade por não responderem às expectativas de uma cultura conservadora e tradicionalista.

A visibilidade juvenil ganhou forças a partir das décadas de 1990 por meio da luta trabalhadora dos movimentos sociais em prol da igualdade de direitos, da justiça social e de uma educação de qualidade. No entanto autores como Aquino (2009), Castro (2009), Caldart (2009), Santos (2018), Kummer (2013), dentre outros, indicam que apesar dos progressos, as políticas públicas direcionadas a este público não dão conta de atender as múltiplas peculiaridades da juventude camponesa por se enquadrarem, principalmente, em perfis urbanocêntricos.

Ao mesmo tempo, o processo educacional ofertado desconsidera os contextos sociais, culturais, econômicos nos quais os estudantes estão inseridos, tornando-se assim ineficaz para garantir uma formação com autonomia e independência na construção de sua identidade e preservação da própria cultura.

No tocante a natureza dos dados, constatou-se uma correlação entre os resultados apresentados (nas respostas dos estudantes e nos documentos) com as questões trazidas pelos autores estudados. A escola urbana não empreende nenhum movimento que incentive o jovem do campo a nutrir apego, orgulho pelo território camponês, pelo trabalho e desenvolvimento do campo.

A esse respeito, Santos (2018) afirma que é preciso considerar a importância de uma educação direcionada para trabalhar além das vivências e realidades dos sujeitos, os conteúdos globais necessários para o desenvolvimento do homem do campo na sua totalidade. Apesar das dificuldades e entraves tanto da escola quanto dos organismos governamentais responsáveis por garantirem uma educação de qualidade, os participantes afirmaram que somente através dos estudos poderão ter um futuro promissor nas profissões que pretendem exercer.

Contudo, faz-se necessário, que as políticas públicas direcionadas para a juventude rural, de fato, sejam efetivadas e não se restrinjam somente a cunho educacional, mas que se articulem a outros aspectos da vida como trabalho, formação humana e ascensão social.

Palavras Chave: Educação do Campo, Trabalho, Juventude

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p. 25-3.

BRASIL. FNDE. **Relatório de indicadores**, Sergipe, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do?>

Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas de Sergipe. **Indicadores Municipais**, 2010-2018. Sergipe: TCESE, 2018. Disponível em:. Acesso em 10 jun. 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas Para Uma Análise De Percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil** – Brasília: Ipea, 2009, p. 303.

CARVALHO, Jailda Evangelista do Nascimento; SANTOS, Leandro dos. O Programa Escola da Terra e suas contribuições para a formação dos professores do campo em Sergipe. In: SANTOS, Marilene; VILAR, Joelma Carvalho; SANTOS, Flavia Cristina dos (Orgs.). **O Programa Escola da Terra em Sergipe: Educação do Campo: Avanços, Desafios e Perspectivas**. Itabaiana: Gráfica e Editora Super Print, 2018, p. 14-44.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 – Esp. p. 1105-1128, out. 2007.

FALCÓN, Maria Lúcia (org.). **Sergipe 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p.151.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

KUMMER, Rodrigo; COLAGNESE, Antônio Silva. Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir. **Revista: Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-219, 1º semestre 2013.

TROIAN, Alessandra; BREINTEBACH, Raquel. Jovens e Juventudes em estudos rurais do Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez.2018.